

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	576.081.529
Preferenciais	0
Total	576.081.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.441.470	1.258.492
1.01	Ativo Circulante	8.901	27.160
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.267	26.078
1.01.06	Tributos a Recuperar	560	1.051
1.01.07	Despesas Antecipadas	74	31
1.02	Ativo Não Circulante	1.432.569	1.231.332
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	960	960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	960	960
1.02.03	Imobilizado	1.419.530	1.219.838
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.419.530	1.219.838
1.02.04	Intangível	12.079	10.534
1.02.04.01	Intangíveis	12.079	10.534

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.441.470	1.258.492
2.01	Passivo Circulante	55.847	204.816
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.723	1.366
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.723	1.366
2.01.02	Fornecedores	14.305	21.331
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.305	21.331
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.778	3.861
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	962	1.613
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	184	1.613
2.01.03.01.02	Outros	778	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.513	671
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	303	1.577
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.976	165.894
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.976	165.894
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.976	165.894
2.01.06	Provisões	15.065	12.364
2.01.06.02	Outras Provisões	15.065	12.364
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.686	12.364
2.01.06.02.04	Credores Diversos	6.379	0
2.02	Passivo Não Circulante	812.476	741.678
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	652.130	453.891
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	652.130	453.891
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	652.130	453.891
2.02.02	Outras Obrigações	139.660	265.379
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	3.379
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	3.379
2.02.02.02	Outros	139.660	262.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	139.660	262.000
2.02.04	Provisões	20.686	22.408
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	79
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	79
2.02.04.02	Outras Provisões	20.686	22.329
2.03	Patrimônio Líquido	573.147	311.998
2.03.01	Capital Social Realizado	576.081	314.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.934	-2.083

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-454	0	0	0
3.03	Resultado Bruto	-454	0	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21	-838	-228	-430
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-475	-838	-228	-430
3.06	Resultado Financeiro	-7	-13	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-7	-13	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-482	-851	-228	-430
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	71	133
3.08.02	Diferido	0	0	71	133
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-482	-851	-157	-297
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-482	-851	-157	-297
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00100	-0,00200	-0,00100	-0,00100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-482	-851	-157	-263
4.03	Resultado Abrangente do Período	-482	-851	-157	-263

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-364	-350
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-814	-350
6.01.01.01	Prejuízo do período	-851	-297
6.01.01.02	Depreciação e amortização	7	80
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição diferidos	0	-133
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	30	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	450	0
6.01.02.01	Impostos a compensar	492	0
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-42	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-170.813	-341.525
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	0	-250.390
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-170.702	-370.384
6.02.03	Aplicações no intangível	-111	-52
6.02.04	Resgate de investimento de curto prazo	0	279.301
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	153.366	344.928
6.03.01	Integralização de capital	0	161.000
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	139.660	171.000
6.03.03	Empréstimos tomados	368.551	447.891
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-354.845	-434.963
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.811	3.053
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.078	86
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.267	3.139

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	262.000	0	0	0	0	262.000
5.04.01	Aumentos de Capital	262.000	0	0	0	0	262.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-851	0	-851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-851	0	-851
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-851	0	-851
5.07	Saldos Finais	576.081	0	0	-2.934	0	573.147

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	161.000	0	0	0	0	161.000
5.04.01	Aumentos de Capital	161.000	0	0	0	0	161.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-297	0	-297
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-297	0	-297
5.05.02.06	Prejuízo do Período	0	0	0	-297	0	-297
5.07	Saldos Finais	314.081	0	0	-1.356	0	312.725

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-831	-350
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-377	-350
7.02.04	Outros	-454	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-831	-350
7.04	Retenções	-7	-80
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7	-80
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-838	-430
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-838	-430
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-838	-430
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	-133
7.08.02.01	Federais	0	-133
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13	0
7.08.03.03	Outras	13	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-851	-297
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-851	-297

Comentário do Desempenho

Aos acionistas

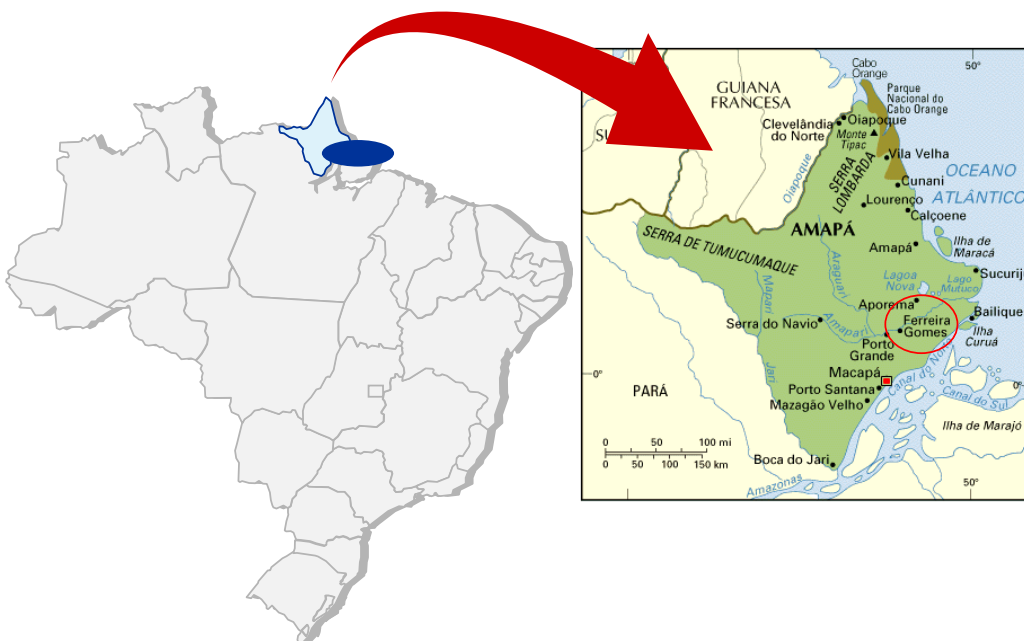
A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o comentário do desempenho e as Informações Trimestrais ITRs da Companhia relativos ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes (“UHE Ferreira Gomes”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de novembro de 2010, com a Ferreira Gomes Energia S.A. recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

A UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e está sendo construída no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Comentário do Desempenho

Resultados Econômico-Financeiros

A UHE Ferreira Gomes encontra-se em fase de construção, com previsão de entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 30 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Desta forma, a Companhia não apura receitas provenientes de sua atividade operacional. Os recursos provêm da acionista Alupar Investimentos S.A, de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

Em função da Companhia não apurar lucro líquido no período, e como a UHE Ferreira Gomes está em fase de construção, não houve reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Dado que a Ferreira Gomes Energia S.A é uma sociedade para implantação da UHE, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Capital Humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 30 de setembro de 2014, a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 88 colaboradores.

Governança Corporativa

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: (i) o Conselho de Administração; e (ii) a Diretoria Estatutária.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos Diretores: (i) Administrativo Financeiro; (ii) de Relações com Investidores; e (iii) Diretor de Implantação, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá destituir, a qualquer tempo, qualquer integrante da Diretoria, elegendo substituto pelo prazo restante do mandato.

O Conselho de Administração é composto por quatro membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Sócio-Ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esta engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

Programa de Resgate de Fauna;
Programa de Incentivo a Pesquisa;
Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;
Programa de Monitoramento Meteorológico;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em FG; e
Programa de Apoio a Descentralização da Gestão Ambiental em Ferreira Gomes e Porto Grande.

Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes S.S. ("KPMG") celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), o "Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria".

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2014, bem como as informações trimestrais, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) leitura do Formulário de Referência a ser preparado para o registro da Companhia como companhia aberta na CVM; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 com a emissão de um relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, e a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 31 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais da Companhia, para o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (CPC 21 (R1) “Demonstração Intermediária”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, além de legislação específica aplicável às autorizadas do serviço de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional e de reporte da Companhia é o real.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos instrumentos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de provisões para contingências.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Informações contábeis intermediárias em 04 de novembro de 2014.

Notas Explicativas

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do trimestre e do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, portanto, devem ser lidas conjuntamente. As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, vigentes até 31 de dezembro de 2013.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

Em 1º de janeiro de 2014 entraram em vigor e foram adotados pela Companhia novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, requeridos para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014 e que não causaram nenhum impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo		22	26
Banco conta movimento		6.370	77
Aplicações financeiras de liquidez imediata		874	115
Certificados de depósitos bancários	93% do CDI	1.001	25.860
		8.267	26.078

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente, na qual a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Notas Explicativas

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizadas com instituições do mercado financeiro nacional, esta aplicação foi integralmente resgatada no primeiro semestre de 2014, remunerada pela variação de 93% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2013.

6. Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e/ou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	30/09/2014	31/12/2013
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	219	714
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	102	98
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (Lei 10.833/2003)	100	100
	<u>560</u>	<u>1.051</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	184	330
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	675	1.122
Imposto sobre Serviços - ISS	303	671
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.513	1.577
Outros	103	161
	<u>3.778</u>	<u>3.861</u>

Notas Explicativas

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2014 a Companhia adotou o regime de lucro presumido. Em 31 de dezembro 2013 bem como nos anos anteriores a Companhia foi tributada com base no lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal, assim, com base na expectativa de lucratividade futura, que deve ocorrer após o início de suas operações, reconheceu o ativo fiscal diferido, conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativo não circulante</u>	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	686	686
Contribuição social diferido sobre base negativa	274	274
	<u>960</u>	<u>960</u>

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.044 em 31 de dezembro de 2013. Tendo constituído impostos de renda e contribuição social, diferidos para a totalidade deste saldo.

A recuperabilidade desses ativos está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos ocorrerá integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação.

Notas Explicativas

8. Imobilizado

As adições ocorridas no ativo imobilizado no período findo em 30 de setembro de 2014 representam, substancialmente, investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, assim como os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados à obra. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais de amortização	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 30/09/2014
Imobilizado em curso						
Terrenos		15.636	1.029	-	-	16.665
Reservatórios, barragens e adutoras		61.146	478	169	-	61.793
Edificações, obras civis e benfeitorias		447.454	57.536	7.615	-	512.605
Máquinas e equipamentos		120.597	(1.534)	52.607	-	171.670
Veículos		3.491	17	-	-	3.508
Móveis e utensílios		2.927	393	-	-	3.320
A ratear (1)		298.269	69.301	17.357	-	384.927
Juros capitalizados (3)		81.840	35.792	-	-	117.632
Programas socioambientais		50.585	(1.986)	-	-	48.599
Material em depósito		2.820	7.824	(3.809)	-	6.835
Adiantamento a fornecedor		87.297	22.960	(73.939)	(30)	36.288
Depósitos judiciais		669	2.723	-	-	3.392
Estudos e projetos (2)		47.107	4.792	-	-	51.899
Total do imobilizado em curso		1.219.838	199.325	-	(30)	1.419.133
Imobilizado em serviço						
Benfeitorias em bens de terceiros		314	408	4	-	722
Total do imobilizado em serviço		314	408	4	-	722
Total do imobilizado em serviço e curso		1.220.152	199.733	4	(30)	1.419.855
(-) Depreciação acumulada						
Benfeitorias em bens de terceiros	20%	(314)	(7)	(4)	-	(325)
Total da depreciação acumulada		(314)	(7)	(4)	-	(325)
Total		1.219.838	199.726	-	(30)	1.419.530

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.
- (3) Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados, até 30 de setembro de 2014, são de R\$ 117.632 (R\$ 81.840 até 31 de dezembro de 2013) líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa (R\$ 9.163 em 30 de setembro de 2014 e R\$ 5.792 em 31 de dezembro de 2013). As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 11 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

Até 30 de setembro de 2014, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do valor do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

9. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2013	Adições	30/09/2014
Marcas e Patentes	-	4	4
Licença de uso de software	569	112	681
Uso do bem público	9.965	1.429	11.394
Total	10.534	1.545	12.079

Uso do bem público - Como pagamento pelo Uso do Bem Público a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927. O início da amortização e a primeira parcela serão pagos a partir do início da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão. O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contra partida ao intangível a valor presente, decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do intangível iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

10.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, serão avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

	30/09/2014	31/12/2013
<u>Ativo não circulante - imobilizado (adiantamento a fornecedores)</u>		
Adiantamento a fornecedores - Bimetal Indústria Metalurgica Ltda (a)	9	102
	<u>9</u>	<u>102</u>
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Fornecedores - Bimetal Indústria Metalurgica Ltda (a)	176	-
Reembolso de despesas de implantação - Alupar Investimentos S.A (b)	-	3.379
Reembolso de despesas de implantação - AF Energia S.A	18	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (c)	139.660	262.000
	<u>139.854</u>	<u>265.379</u>

- a) Contrato de fornecimento de torres metálicas para a linha de transmissão com a coligada Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. Em 30 de setembro de 2014 o montante pago desse contrato totalizava R\$ 6.064 (R\$ 4.685 em 31 de dezembro de 2013).
- b) Para desenvolver o projeto inicial da Companhia a acionista Alupar Investimentos S.A incorreu em custos com contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos foram alocados no passivo não circulante da Ferreira Gomes Energia que reembolsará todos os gastos incorridos pela Controladora.
- c) A Companhia está em fase pré-operacional e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista para implantação da UHE Ferreira Gomes. Em 30 de setembro de 2014 a Companhia possuía R\$ 139.660 aportados em 2014 pela acionista Alupar Investimentos S.A a título de adiantamento de futuro aumento de capital

Notas Explicativas

10.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/09/2014
26/12/2012	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/2012	15/04/2031	476.404
13/06/2011	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/2011	09/10/2014	10.659
31/07/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180833414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	1.383	18/07/2014	17/07/2015	1.383
30/05/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/2014	15/12/2027	216.908

10.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a remuneração foi conforme segue abaixo:

- a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

	30/09/2014	30/09/2013
Benefícios de curto prazo (a)	686	953
Benefícios pós-emprego	24	6
Total	465	959

Notas Explicativas

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	30/09/2014			31/12/2013			
	Encargos	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	5.640	3.306	8.946	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	2.232	1.309	3.541	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	114	66	180	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	2,5%	8.923	870	9.793	-	-	-
2º emissão de Debêntures	5,95% + IPCA	-	-	-	147.000	19.312	166.312
(-) Custo de captação		(1.484)	-	(1.484)	(418)	-	(418)
Total		15.425	5.551	20.976	146.582	-	165.894
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	210.943	-	210.943	205.257	3.133	208.390
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	83.489	-	83.489	81.239	1.240	82.479
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	4.246	-	4.246	4.131	63	4.194
BNDES - Subcrédito D	2,5%	155.266	-	155.266	161.337	660	161.997
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	210.900	6.008	216.908	-	-	-
(-) Custo de captação		(18.722)	-	(18.722)	(3.169)	-	(3.169)
Total		664.844	6.008	652.130	451.964	5.096	453.891

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até 30 de setembro de 2014.

Em 30 de maio de 2012, foi efetuada a segunda emissão de R\$ 200.000 debêntures, (20.000 vinte mil debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10), os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012.

A remuneração das debêntures contemplava juros de 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado pelo IPCA, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura. Em 30 de maio de 2014 as debêntures foram quitadas.

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610, sendo que nos dias 15 de abril de 2013, 25 de setembro de 2013 e 16 de dezembro de 2013 houve a liberação parcial de R\$ 336.000, R\$ 59.336 e R\$ 45.600, respectivamente, sendo que o restante será liberado futuramente. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização ocorrerá em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cujo a primeira amortização será em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Os juros apurados serão incorporados trimestralmente ao principal nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015.

O contrato com BNDES estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Notas Explicativas

Os índices não foram apurados para o período, pois a obrigatoriedade de cálculo ocorrerá somente no ano de início da primeira amortização contratual, que será em 15 de maio de 2015.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantias prestadas pela Alupar Investimentos S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Em 26 de maio de 2014, foram emitidas 175 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com garantia fidejussória, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000 (um milhão de reais), perfazendo o montante de R\$ 175.000 (cento e setenta e cinco milhões de reais), os recursos foram transferidos para a Companhia em 30 de maio de 2014. As notas promissórias terão vencimento em 120 dias. A remuneração das Notas Promissórias contemplará juros com base na variação de 110% da taxa média diária do DI, o pagamento dos encargos remuneratórios e do principal será realizado uma única vez, na data de vencimento. Em 01 de agosto de 2014 as notas promissórias foram quitadas.

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia.

A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia

Notas Explicativas

desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida.

Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

- comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Os índices acima não foram apurados para o período, pois não há obrigatoriedade de cálculo no período de carência.

b) As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2013	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortização	30/09/2014
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	208.390	-	11.500	-	219.890
BNDES - Subcrédito B	82.479	-	4.551	-	87.030
BNDES - Subcrédito C	4.194	-	232	-	4.426
BNDES - Subcrédito D	161.997	-	3.061	-	165.058
BTG - Nota promissória	-	175.000	3.801	(178.801)	-
2º emissão de Debêntures	166.312	-	10.158	(176.470)	-
3º emissão de Debêntures	-	210.900	6.008	-	216.908
(-) custo de captação - a amortizar	(3.587)	(17.647)	-	1.028	(20.206)
Total	619.785	368.253	39.311	(354.243)	673.106

	31/12/2012	Ingresso de dívidas	Atualização monetária e juros	Amortização	31/12/2013
Moeda nacional					
Banco Sumitomo	29.766	-	216	(29.982)	-
Banco Itaú BBA	-	40.000	221	(40.221)	-
BNDES - contrato curto prazo	112.234	11.044	2.530	(125.808)	-
BNDES - Subcrédito A	-	198.420	9.970	-	208.390
BNDES - Subcrédito B	-	78.540	3.939	-	82.479
BNDES - Subcrédito C	-	4.013	181	-	4.194
BNDES - Subcrédito D	-	159.963	2.034	-	161.997
1º emissão de Debêntures	166.482	-	3.777	(170.259)	-
2º emissão de Debêntures	213.538	-	23.110	(70.336)	166.312
(-) custo de captação - a amortizar	(1.853)	(3.680)	-	1.946	(3.587)
Total	520.167	488.300	45.978	(434.660)	619.785

Os juros apurados serão capitalizados trimestralmente nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015, até o período findo em 30 de setembro de 2014 foram capitalizados o montante de R\$ 31.917 de juros ao principal.

Notas Explicativas

- b) Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Principal	(-) Custo de captação - a amortizar	Total
2015	10.146	(374)	9.772
2016	40.583	(1.487)	39.096
2017	40.583	(1.484)	39.099
2018	40.583	(1.484)	39.099
2019	40.583	(1.484)	39.099
após 2019	498.374	(12.409)	485.965
	670.852	(18.722)	652.130

12. Provisão para gastos ambientais

	30/09/2014	31/12/2013
Passivo circulante	8.686	12.364
Passivo não circulante	9.292	12.364
Total	17.978	24.728

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 30 de setembro de 2014. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas na rubrica programas sócio-ambientais no ativo imobilizado em curso.

13. Patrimônio líquido

Em 18 de fevereiro de 2013 e em 20 de setembro de 2013 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 13.000 e R\$ 148.000 (representado pela emissão de 13.000.000 e 148.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal), respectivamente, passando o mesmo de R\$ 153.081 para R\$ 314.081 em 31 de dezembro de 2013.

Em 10 de julho de 2014 a Companhia aumentou seu capital social em 262.000 (mediante subscrição de 262.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 314.081 para R\$ 576.081.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Notas Explicativas

	Quantidades de ações	
	30/09/2014	31/12/2013
Alupar Investimento S.A.	576.081.528	314.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>576.081.529</u>	<u>314.081.529</u>

14. Resultado por ação

O cálculo do prejuízo líquido por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 está demonstrado abaixo:

	30/09/2014	30/09/2013
Numerador		
Prejuízo do período	(851)	(297)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>393.065.825</u>	<u>243.439.435</u>
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,002)</u>	<u>(0,001)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

15. Provisão para contingências

Processos judiciais	31/12/2013	Reversão	30/09/2014
Cível	-	-	-
Trabalhista	<u>79</u>	<u>(79)</u>	<u>-</u>
	<u>79</u>	<u>(79)</u>	<u>-</u>

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos numerários efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, bem como pelo julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos serem de probabilidade de perda provável.

Notas Explicativas

(A) Perda provável: Em 30 de setembro de 2014 não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza tributária, cível, arbitral ou ambiental com risco de perda provável que individualmente, na avaliação da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios.

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 30 de setembro de 2014 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios da Companhia.

(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, com influência direta na implementação do empreendimento. O valor atribuído a causa atualizado é de R\$ 1.262;

(iii) Demandas Arbitrais: Não existem demandas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios.

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

16.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações trimestrais.

	30/09/2014		31/12/2013		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	8.267	8.267	26.078	26.078	Valor justo	Valor justo por meio de resultado
	8.267	8.267	26.078	26.078		
Passivo						
Fornecedores	14.305	14.305	21.331	21.331	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	673.106	673.106	619.785	619.785	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	687.411	687.411	641.116	641.116		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- ✓ Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e

Notas Explicativas

- ✓ Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

16.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

BTG Notas Promissórias: Como os valores a pagar são reajustados pela DI (Depósitos Interfinanceiros) calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário disponível na internet (<http://www.cetip.com.br>), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 30 de setembro de 2014.

16.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Mensuração do valor justo (nível I)	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativos avaliados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	8.267	26.078
	8.267	26.078

No período findo em 30 de setembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

16.4. Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas Explicativas

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de setembro de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Projeção Receitas Financeiras - Um Ano							
Indexador	Posição em 30/09/2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		5,65%	8,47%	11,29%	14,11%	16,94%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	874	49	74	99	123	148

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2014 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 26 de setembro de 2014, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de setembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano								
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/09/2014 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	210.900	3,15%	4,73%	6,30%	7,88%	9,45%
			20.718	24.255	27.792	31.328	34.865	
BNDDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	298.678	2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
			14.631	18.452	22.272	26.093	29.914	

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Notas Explicativas

16.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2014, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas Explicativas

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	12.878	1.427	-	-	-	14.305
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	-	32.382	80.808	121.211	239.039	473.440
3ª emissão de debêntures	-	-	-	-	199.666	199.666
Total	12.878	33.809	80.808	121.211	438.705	687.411

Gestão de capital

	30/09/2014	31/12/2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(20.976)	(165.894)
Não circulante	(652.130)	(453.891)
Dívida total	(673.106)	(619.785)
Caixa e equivalentes de caixa	8.267	26.078
Dívida líquida	(664.839)	(593.707)
Patrimônio líquido	573.147	311.998
Índice de endividamento líquido	1,16	1,90

A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida)* e educação continuada.

*No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Notas Explicativas

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de setembro de 2014.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término vigência
Seguro para garantir a ANEEL as obrigações assumidas no Contrato de Concessão n° 02/2010 - MME -UHE	28.375	952	31/07/2015
Riscos de engenharia	907.000	3.570	20/03/2015
Riscos de responsabilidade de civil geral	80.000	330	30/04/2015
Total	1.015.375	4.852	

19. Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

20. Compromissos

Até 30 de setembro de 2014 a Companhia possui o montante de R\$ 50.149 (R\$ 84.672 em 31 de dezembro de 2013) de compromissos assumidos, que se referem- basicamente a contratação de fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE Ferreira Gomes, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

Notas Explicativas

21. Eventos subsequentes

a) Adiantamentos para futuro aumento de capital:

A acionista Alupar Investimentos S.A adiantou a título de adiantamento para futuro aumento de capital os montantes abaixo citados:

Data	R\$
01/10/2014	5.000
09/10/2014	4.000
10/10/2014	1.000
20/10/2014	4.000
21/10/2014	1.000
28/10/2014	4.900
29/10/2014	<u>100</u>
Total	<u>20.000</u>

b) Início de operação comercial da primeira unidade geradora:

Em 04 de novembro de 2014 a Companhia obteve autorização para início de operação comercial da primeira unidade geradora da UHE Ferreira Gomes ("UG1"), de 84 MW (oitenta e quatro megawatts) de potência e garantia física de 71,5 MW médios (setenta e um vírgula cinco megawatts médios), conforme Despacho da ANEEL publicado no Diário Oficial também de 04 de novembro de 2014, antecipando em 56 dias a entrada em operação comercial em relação à data estimada no Contrato de Concessão, prevista para 30/12/2014.

A UG1 encontrava-se em testes desde o dia 02 de setembro de 2014, fornecendo energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) desde 08 de outubro de 2014, sendo remunerada pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (Submercado Norte) sobre a energia efetivamente gerada neste período.

Contadora
Danielle Santos
CRC 1SP278429/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e

aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, apresentadas para fins de

comparação, foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 05 de fevereiro de 2014 e 08 de novembro de 2013, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

São Paulo, 04 de novembro de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

São Paulo, 04 de novembro de 2014.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2014.

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 04 de novembro de 2014.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de setembro de 2014.

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico